Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	
5.4 - Alterações significativas	5
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	12
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	13
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	14
10.5 - Políticas contábeis críticas	15
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	21
10.8 - Plano de Negócios	22
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Riscos de mercado que a Companhia está exposta, inclusive relativo a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta aos riscos inerentes à atividade do segmento alimentício, especificamente aos mercados de arroz e derivados e sua controlada àqueles existentes na atividade de comercialização e exploração de imóveis.

Porém, dentre os principais riscos que podem afetar a operação, situação financeira e perspectivas futuras da organização estão:

- A influência de ações do Governo Federal sobre a economia brasileira. A condução da política econômica pode exercer efeitos adversos ao mercado, sob o aspecto de taxa de juros e inflação;
- Alterações na legislação tributária e regulamentação de mercado pelos órgãos oficiais, podem exercer impactos no mercado, com efeitos em margens e volumes comercializados;
- Acontecimentos e percepção de riscos em outros países, sobretudo Estados Unidos da América (vetor dólar norte americano) e União Européia (vetor Euro) podem desencadear efeitos adversos sobre a economia de países emergentes e do Brasil, especificamente sobre PIB, mercado de valores mobiliários, taxas de juro e câmbio.

Por orientação estratégica, em função de o mercado da Companhia ser quase que totalmente representado pela economia doméstica (mais de 94% da receita em moeda corrente nacional), o endividamento relevante da empresa é composto por linhas em Reais, formado por taxas préfixadas ou indexadores Brasileiros (TJPL e CDI) e *spread* ´s bancários. A dívida total compreende linhas de investimento e capital de giro, e remonta, em 31/12/2013, MR\$ 606.753 (controladora). A Controlada não tem dívida relevante para suas operações.

A Controladora possui uma parte de seu capital de giro contratada em linhas de Resolução CMN 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e Lei 4.131/62. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas através de contratos de *SWAP* para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário como medida de proteção. Tais operações correspondem a MR\$ 116.153 em 31/12/2013.

Os empréstimos contratados pela Controladora diretamente em moeda estrangeira são equivalentes a US\$ 10.196 e são representados por financiamentos de importação e pelo saldo do acordo com a IFC.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercad

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hegde* natural as importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total MR\$	Vigência	
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	115.000	Junho 2014	
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	1.000	Junho 2014	
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	5.000	Junho 2014	

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercad

Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2014
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000	Agosto 2014
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 5.000	Agosto 2014

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI) descritas no item 5.1..

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

A empresa entende que a conjuntura econômica se encontra em um cenário de pressão inflacionária, e que as políticas populistas do governo federal e a instabilidade política de um ano eleitoral poderão trazer no curto prazo um cenário de incertezas e possível recessão.

A trajetória de elevação da taxa básica de juros – que passou de 7,25% do início de 2013 para 10% no final do ano – tenta conter a inflação represada, mas traz consigo a redução da atividade econômica, nível de emprego e renda do país, o que impacta negativamente o volume de venda de nossos produtos.

Contudo, as políticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia sofrem contínuas adequações e adaptações a fim de redefinir objetivos em função da dinâmica do mercado na qual se encontra inserida, visando reavaliar processos, bem como identificar e aproveitar oportunidades típicas de um cenário ora adverso.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações relevantes

Não se aplica à Companhia. Justificativa: A Administração da Cia. entende ter apresentado todas as informações relevantes que possam influenciar a tomada de decisão de investimento ou o entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

10. Comentários dos Diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O cenário macroeconômico de 2013 demonstra sinais de pequena recuperação da atividade econômica mundial. A China segue como a principal economia em termos de crescimento percentual, com PIB de 7,7% (7,8% em 2012), nos BRIC´s seguida pela Índia com 3,8% e Rússia com 1,3%. O Brasil teve um desempenho pouco melhor do que os modestos 0,9% de 2012, com um crescimento de 2,3% em 2013, melhor apenas que a Rússia em seu grupo de comparação de mercados emergentes, mas ainda longe da expectativa histórica global que carrega. Os EUA - motor da economia mundial - apesar de ter apresentado um crescimento menor do que os 2,2% de 2012, este ano com 1,9%, tem apresentado trimestre após trimestre dados otimistas que referendam uma recuperação sustentada de forma orgânica e consistente. Outro grupo que merece destaque é a zona do euro, com PIB positivo de 0,4%.

A política econômica brasileira segue pagando um alto preço pela ausência de investimentos passados em infraestrutura, administrando a economia com base no trinômio inflação, taxa de juros e taxa de câmbio sempre com a expectativa de potencializar o nível de confiança da indústria, porém sem realizar os ajustes necessários na carga tributária.

A trajetória da SELIC em 2013 foi quase que exatamente o oposto do que em 2012, desta vez subindo 38% no período, passando de 7,25% aa em janeiro para 10% aa em dezembro. Em 2012, iniciava o ano em 10,50% aa e o finalizava com 7,25% aa.

A depreciação cambial de mais de 10% (dólar médio de R\$ 2,16 contra R\$ 1,96 em 2012), não foi suficiente para tornar as exportações mais robustas, e a competitividade brasileira segue negativamente afetada pelo custo da carga tributária e ineficiente estrutura de escoamento da produção.

Destacou-se também neste ano o fim dos programas de investimentos do BNDES com taxas mais baixas visando à aceleração econômica, com as taxas para custeio de bens de capital passando de 2,5% aa em janeiro de 2013 para 6% aa em janeiro de 2014 (suba de 140%).

A economia de forma geral começou a apresentar a conta das decisões políticas e populistas do governo federal. Retirou gradativamente incentivos fiscais em alguns setores da economia (retorno do IPI) e demonstra sinais de que não terá como sustentar a pressão inflacionária, retendo preços de energia elétrica e dos combustíveis.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2013 apresentou uma produção de 11,8 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 7,9 milhões de toneladas. A produção de arroz no Brasil foi 1,7% maior em comparação ao ano anterior. A produtividade média no Brasil foi de 4.926 kg/ha, pouco superior do que a da safra anterior, que havia sido de 4.780 kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2013 foi de R\$ 33,13 contra R\$ 30,35 no exercício de 2012. As variações de preço da matéria prima do arroz estão diretamente vinculadas ao faturamento da Companhia.

Mesmo nesse cenário de nível de preços elevados, a JOSAPAR manteve seu volume de vendas, com destaque neste exercício para: os produtos de arroz branco e parboilizado nas marcas Tio João e Meu Biju; as exportações de arroz; os produtos de feijão na marca Meu Biju; os produtos da linha de arroz integral; os produtos semi-prontos da linha Cozinha Fácil; os produtos prontos da linha Cozinha e Sabor; os produtos da linha Variedades Mundiais; os produtos da Linha Sete Cereais + Soja; para os produtos derivados da proteína de Soja na linha Suprasoy. A performance das vendas é fruto da eficiência e proatividade da Companhia somado aos investimentos em gestão de processos e equipamentos e lançamento de novos produtos, com destaque para a linha de Bolos com a marca SupraSoy, a linha de mingaus com a marca Meu Bijuzinho, o produto Meu Bijú 8 grãos e o Arroz Vermelho complementando a linha Variedades Mundiais. Outro destaque do exercício é a distribuição de azeite em todo o território nacional com a marca Nova Oliva, em parceria com a chilena *Olivos del Sur*.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2013 e 2012:

	2013 (R\$ Mil)	2012 (R\$ Mil)	Variação R\$ Mil e %
Vendas Brutas	1.120.001	1.056.668	63.333
Vendas Líquidas	987.306	930.344	56.962
Lucro Bruto	296.843	284.925	11.918
% LB s/VL	30,1%	30,7%	-0,6 pp
Ebitda	80.859	93.906	-13.047
% Ebitda s/VL	8,2%	10,1%	-1,9 pp
Lucro Líquido	19.200	33.588	-14.388

% LL s/VL	1,9%	3,6%	-1,7 pp
Dividendos	5.226	9.573	-4.347

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido, considerando inclusive os financiamentos para investimentos da Companhia era de R\$ 360 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 20,6 milhões. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 116,5 milhões, contra R\$ 155,8 milhões no final do exercício anterior.

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 19,2 milhões. O lucro líquido pelo lote de 1.000 ações foi de R\$ 1,814 mil. No ano anterior o Lucro Líquido foi de R\$ 33,6 milhões e pelo lote de 1.000 ações de R\$ 3,174 mil.

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a divida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.
- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes / (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2013

PASSIVO CIRCULANTE		Controladora	C	Consolidado
Moeda interna	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Financiamento para investimentos	7.582	8.164	7.582	8.440
Crédito Rural-EGF	40.631	40.768	40.631	40.768
Capital de giro	264.503	122.362	264.578	122.362
Arrendamento mercantil	83	74	217	205
Total	312.799	171.368	313.008	171.775
Moeda estrangeira				
Financiamento para investimentos	4.784	9.609	4.784	9.609
Capital de Giro-FINIMP	19.103	16.158	19.103	16.158
Total	23.887	25.767	23.887	25.767
TOTAL CIRCULANTE	336.686	197.135	336.895	197.542
PASSIVO NÃO CIRCULANTE Moeda interna				
Financiamento para investimentos	26.841	27.759	26.841	28.046
Capital de giro	243.218	237.359	243.359	237.359
Arrendamento mercantil	8	92	31	249
Total	270.067	265.210	270.231	265.654
Moeda estrangeira				
Financiamento para investimentos	_	2.044	_	2.044
Total	_	2.044	_	2.044
TOTAL NÃO CIRCULANTE	270.067	267.254	270.231	267.698
Vencimentos de longo prazo	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
2014	-	162.771	-	163.072
2015	182.097	71.330	182.206	71.473
2016	48.622	17.321	48.677	17.321
2017	24.166	10.876	24.166	10.876
2018	9.115	2.063	9.115	2.063
2019	1.874	1.089	1.874	1.089
2020	1.704	902	1.704	902
2021	1.640	902	1.640	902
2022	614	-	614	-
2023	235	<u> </u>	235	-
Total	270.067	267.254	270.231	267.698
		ndexador	Taxa	
Investimentos em moeda nacional		ré-fixado	6,55% a.a	
Investimentos em moeda nacional		JLP	4,15% a.a	
Investimentos em moeda nacional	Ta	axa referencial IPCA	1,32% a.a	

Investimentos em moeda nacional	UMBNDES	3,41% a.a
Investimentos em moeda estrangeira	VC US\$ + Libor	4,25% a.a
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	2,20% a.a
Crédito Rural-EGF - recursos obrigatórios	Pré-fixado	5,50% a.a
Capital de Giro	CDI	1,70% a.a

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA - BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural são contratados a taxa pré-fixada de 5,5%a.a. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, bens do ativo imobilizado de sua controlada, Real Empreendimentos S.A. e penhor mercantil de estoques para as operações de Crédito Rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770, 3.844 e Lei 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US\$ 8.154 mil, aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

Em Janeiro de 2013 houve consenso entre a Companhia e a IFC quanto à disputa judicial até então vigente e o pagamento da primeira parcela do acordo. O saldo de R\$4.784, equivalente a US\$ 2.042 em 31.12.2013 será pago em mais duas parcelas em janeiro e julho de 2014, com encargos de Libor + 4,25% aa.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dividas

Não se aplica a companhia.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e á alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

PÁGINA: 10 de 23

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2013 com 2012 foram o aumento do saldo das contas de Disponibilidades, Clientes e Estoques, aplicações estas devidamente financiadas por capital próprio e pela captação de recursos de Longo Prazo, seguindo a gestão estratégica do capital de giro da Companhia. Essas alterações vêm de encontro ao processo contínuo de reforço de qualidade dos produtos da empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- 10.2 Os diretores devem comentar sobre:
- (a) Resultados das operações do emissor, em especial:
- (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:
- O faturamento da organização está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2013
Arroz Branco	49%
Arroz Parboilizado	12%
Produtos valor agregado	15%
Feijão	5%
Adubo	12%
Imóveis	2%
Demais Produtos	5%
Total	100%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria da prima do arroz.

(b) Variações das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

O aumento do faturamento bruto (R\$ 1,120 bilhão em 2013 contra R\$ 1,057 milhões em 2012) é atribuído a melhor composição de vendas físicas e nível de preços da matéria prima.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços), e diante do cenário atual que apresenta pressões inflacionárias contínuas o objetivo dos gestores está em proteger ao máximo a margem da Companhia perante esse efeito.

PÁGINA: 12 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- 10.3 Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:
- (a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia.

PÁGINA: 13 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças significativas nas praticas contábeis

Não se aplica a companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a companhia.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ēnfase: "Conforme descrito nas notas explicativas 2 e 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado."

PÁGINA: 14 de 23

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Apuração do resultado - As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

Ativos e passivos financeiros - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa n° 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 40 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

Estoques - Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

Imobilizado, intangível e diferido:

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subseqüente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

A política de distribuição de lucros, não leva em conta, os impactos da adoção dos CPCs.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4°.

Investimentos - Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou. As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes á controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

Imposto de Renda e contribuição social - Estão calculados com base no lucro real, sendo Imposto de Renda à alíquota de 15% mais 10% de adicional, e contribuição social de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Utilização de estimativas - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

Provisões para Contingências - A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

Demonstrações Financeiras Consolidadas - As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Moeda - Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Instrumentos Financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pelas Resoluções 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

	Linha	Contratação	Valor	Custo		Indexador	31.12.2013	Vencimento
1	2770	30/11/12	R\$1.360	1,75%	Passivo	CDI	R\$1.515	25.04.2014
	Swap	30/11/12	USD 670	1,85%	Ativo	US\$		
2	4131	21/12/12	R\$15.000	1,99%	Passivo	CDI	R\$15.034	18.12.2014
	Swap	21/12/12	USD 7.218	2,77%	Ativo	US\$		
3	4131	08/04/13	R\$18.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$18.451	08.10.2014
	Swap	08/04/13	USD 8.904	2,70%	Ativo	US\$		
4	4131	09/05/13	R\$20.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$20.339	30.04.2015
	Swap	09/05/13	USD 9.942	1,60%	Ativo	US\$		
5	3844	20/06/13	R\$40.000	2,10%	Passivo	CDI	R\$40.183	01.06.2016
	Swap	20/06/13	USD 18.332	2,85%	Ativo	US\$		
6	4131	16/09/13	R\$20.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$20.631	08.09.2015
	Swap	16/09/13	USD 8.700	3,23%	Ativo	US\$		
	•			•		•	R\$116.153	_

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade base 31.12.2013 em R\$ mil:

Risco: alta do CDI CDI Dez/2013: 10,00% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção	> 25%	> 50%
					10,00%	12,50%	15,00%
					CDI aa	CDI aa	CDI aa
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento			
31.12.2013	R\$116.153	diversos	CDI	diversos	R\$140.607	R\$146.083	R\$151.677
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ 0	R\$5.476	R\$11.070

^{*} O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3° § 2°. da Instrução CVM 475/08.

- Planos de Pensão: Não se aplica a companhia.
- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica a companhia.
- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica a companhia.

^{**} Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

(a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O Grau de eficiência dos controles internos da companhia é adequado. São realizados inventários de estoques no decorrer do exercício. São revisadas as permissões de acessos dos usuários nos sistemas da companhia. Existe um sistema de monitoramento por câmeras nas áreas estratégicas da companhia. Todos os controles internos são testados sistematicamente pelos auditores.

(b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e recomendações relevantes relatadas pelo auditor que possa prejudicar a analise das demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não se aplica a companhia, pois não ocorreu tal evento.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Conforme declarado no item anterior, não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.